

A ESCOLA PORTUGUESA AO SERVIÇO DA NAÇÃO. DISCURSOS E PRÁTICAS DE ORIENTAÇÃO E DISCIPLINA DO PROFESSORADO PRIMÁRIO (1926-1956)

MARIA PAULA PEREIRA*

Resumo: Nesta comunicação apresentamos a investigação desenvolvida para a compreensão dos discursos e estratégias da administração escolar, entre 1926 e 1956, para a orientação e disciplina dos professores primários no sentido da sua conformidade e operacionalização do projeto político-pedagógico salazarista iniciado no período da Ditadura Militar, com Cordeiro Ramos, e consolidado no Estado Novo, com Carneiro Pacheco, e as influências da conjuntura política interna e externa. Caracterizámos o professorado primário para compreendermos como se processou a sua desvalorização profissional e qual a sua margem de autonomia no quotidiano profissional. Considerámos o controlo disciplinar exercido na esfera profissional e a sua incidência sobre os afetos. Procedemos à análise dos processos disciplinares, para tentarmos caracterizar o tipo de infrações e as sanções aplicadas. Do ponto de vista metodológico recorreremos à análise documental e quantitativa de um corpus constituído por conferências pedagógicas, relatórios inspetivos, registos biográficos, processos disciplinares e de casamento.

Palavras-chave: Direção Geral do Ensino Primário; Professorado primário; Orientação e disciplina.

Abstract: This paper presents our research focused on the methods of operation used in the discourses and strategies of school administration, between 1926 and 1956, for the orientation and discipline of primary teachers towards their conformity and operationalisation of the Salazarist political-pedagogical project initiated during the Military Dictatorship, with Cordeiro Ramos, and consolidated in the Estado Novo, with Carneiro Pacheco, and the influences of the internal and external political situation. We characterised the primary teacher education to understand how its professional devaluation was processed and what is its margin of autonomy in professional daily life. We considered the disciplinary control exercised in the professional sphere and its impact on affections. We analyse the disciplinary proceedings, in order to try to characterise the type of infractions and the sanctions applied. Methodologically, we resorted to documental and quantitative analysis of a corpus consisting of pedagogical conferences, inspection reports, biographical records, disciplinary and marriage processes.

Keywords: Primary School Educational Administration; Primary school teachers; Guidance and discipline.

1. PROBLEMÁTICA EM ESTUDO

Nesta comunicação apresentamos as principais linhas do trabalho de investigação que desenvolvemos para o doutoramento em História, na Universidade Aberta, na especialidade de Representações, Poderes e Práticas Culturais, entre 2013 e 2017.

O nosso ponto de partida foi a conceção de finais do século XIX, pelos Estados-Nação, de um modelo de instituição escolar responsável pela socialização política dos futuros

* Universidade Aberta. Email: m_paula_pereira@hotmail.com.

cidadãos e a instrumentalização dos professores primários como agentes responsáveis pela sua operacionalização.

Em Portugal, o Estado procedeu a essa valorização, sendo o ensino primário obrigatório em 1902. Com a implantação da República, em 1910, o seu papel reforçou-se e apresentou-se um modelo escolar de formação laica e nacionalista, obrigatório e gratuito, considerado fundamental para a formação dos futuros cidadãos republicanos.

O Movimento Militar do 28 de Maio de 1926 deu início a uma Ditadura Militar, de índole nacionalista, e ao desenvolvimento de uma política educativa cujo principal objetivo era a demarcação do modelo escolar republicano, defendendo-se que competia ao regime ditatorial operar uma revolução nacional que regenerasse a alma dos portugueses. Salazar ocupou a pasta das Finanças em 1928 e a pasta das colónias a partir de 1930. Nesse ano, com o ministro da Instrução Pública Gustavo Cordeiro Ramos, iniciou-se a construção de um projeto formativo de um *homem novo*, disciplinado e pronto a defender a Nação, em sintonia com o pensamento político-pedagógico salazarista. À escola primária entregou-se a responsabilidade de selecionar as elites e formar as massas nos valores ideológicos oficiais do regime¹, num período em que Salazar começava a reforçar a sua posição política na estrutura governamental. Em 1932, Salazar ocupou o cargo de presidente do Conselho de Ministros e, no ano seguinte, iniciou-se o Estado Novo com a Constituição de 1933.

A política educativa de Cordeiro Ramos promoveu reformas educativas centralizadoras que reforçaram os poderes da direção geral responsável pelo ensino primário, do seu diretor geral, e desenvolveram esse projeto formativo.



Fig. 1. Ex-libris da Direção Geral do Ensino Primário
 Fonte: PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública – Direção Geral do Ensino Primário, 1934

¹ ROSAS, SIZIFREDO, 2013.

Em 1934, no ex-líbris da Direção Geral do Ensino Primário (DGEP), obrigatório nos documentos oficiais e publicações, uma criança do sexo masculino, em idade escolar, erguia o escudo de Portugal, simbolizando a ação regeneradora que se esperava das novas gerações. No topo da figura, uma frase de Salazar legitimava a ação da DGEP: uma nova mentalidade fará ressurgir Portugal.

Este referencial simbólico representava a importância atribuída à escola de massas na formação das novas gerações, com uma alusão clara à identificação da Nação com o Estado, através da presença do seu chefe: Salazar. No ano seguinte, o Estado tomou medidas legais para controlar e eliminar possíveis dissidências² e desenvolveu um processo de desvalorização e subalternização do saber académico e científico³ que teve influências no processo formativo e na qualificação profissional dos professores primários.

Esse processo foi consolidado pelo ministro Carneiro Pacheco que assumiu a pasta da instrução em 1936. O ministério passou a designar-se por Ministério da Educação Nacional (MEN), em representação de um projeto pedagógico de uma *escola primária portuguesa* que recusava a neutralidade política e religiosa. Desenvolveram-se ações de repressão e de controlo que abrangeram os professores, procurando-se sua passividade e conformismo com o novo regime⁴. A ação da administração escolar em relação ao professorado foi de natureza redutora, porque conduziu à desvalorização da sua carreira profissional⁵, ao encerramento das escolas de formação de professores, cujo corpo docente era considerado detentor de ideias progressistas⁶, e abrangeu a sua vida privada, nomeadamente a das professoras que viram o seu casamento depender da autorização ministerial.

A doutrinação e o controlo da DGEP refletiram a conjuntura política nacional, bem como a internacional, nomeadamente a Guerra Civil de Espanha (1936-1939) e, posteriormente, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A administração escolar não esquecia a dinâmica do professorado primário no período republicano, através da imprensa, associações profissionais e congressos pedagógicos, espaços onde defendia os seus interesses profissionais e discutia ativamente assuntos ligados à educação. A impossibilidade de se contar com um número de inspetores que assegurasse a orientação e controlo direto do professorado levou a administração escolar a confiar a fiscalização às elites locais⁷, enquanto a vertente orientadora era desenvolvida presencialmente, através de conferências, e indiretamente através de textos da imprensa da educação, nomeadamente do boletim «Escola Portuguesa», perspetivado, pelo poder político, como um veículo

² PORTUGAL. Ministério da Justiça, 1935: 699-700.

³ ROSAS, SIZIFREDO, 2013.

⁴ FORMOSINHO, MACHADO, 2013.

⁵ NÓVOA, 1992.

⁶ MOTA, 2007.

⁷ MÓNICA, 1978; PINTASSILGO, LUME, 2002.

de controlo indireto do professorado, mediante o exercício de uma ação doutrinária e disciplinadora⁸.

A partir de 1945 assistiu-se um período de estabilização da política educativa e das reformas da administração escolar, procedendo-se a reajustamentos políticos⁹, situação visível durante os mandatos dos ministros Pires de Lima e Leite Pinto. Com Pires de Lima, a política educativa procurou adaptar-se às mudanças económicas e sociais do pós-guerra, mas em relação ao professorado, de vários níveis de ensino, assistiu-se a uma vaga de depurações políticas, entre 1947 e 1950, por críticas ao governo, adesão ao Movimento de Unidade Democrática e ao partido comunista, e pela participação na campanha eleitoral de Norton de Matos. Em julho de 1955, Pires de Lima foi substituído pelo engenheiro Leite Pinto, que procedeu, em 1956, ao reforço dos serviços de orientação e à reorganização dos serviços de inspeção com a criação de um corpo de 18 inspetores orientadores.

As práticas discursivas da administração escolar serviram de ponto de partida para o nosso trabalho de investigação. Importava identificar o papel que se destinava aos professores primários no projeto educativo de ressurgimento nacional e quais as estratégias empregadas para orientar/doutrinar, uniformizar e disciplinar as suas práticas e a sua vivência, profissional e privada. A nossa opção cronológica, 1926-1956, procurou dar resposta à pergunta inicial, aos objetivos e às fontes existentes. Para o efeito iniciámos a nossa análise no ano de 1926 com a instauração da Ditadura Militar e prolongámo-la até 1956, ano de novas reformas na vertente orientadora da DGEP, após um período de intensificação da parte disciplinar. As fontes, a partir desse ano, revelaram-se mais raras no que respeita às práticas de orientação e de disciplina e deixámos mesmo de conseguir identificar documentação relativa a processos disciplinares instaurados a professores.

2. REFLEXÕES METODOLÓGICAS

A compreensão dos discursos e práticas de orientação e disciplina da administração escolar pressupunha que precisássemos, do ponto de vista concetual, alguns dos termos utilizados. O texto teve um papel fundamental na perspetiva historiográfica com que estruturámos e desenvolvemos o nosso trabalho e, por isso, partimos da conceção de Foucault do discurso como um sujeito que produz um campo de conhecimentos e considerámos que o poder construiu e adaptou o discurso às suas necessidades¹⁰. As práticas discursivas foram entendidas como representações que refletiam os interesses dos sujeitos que as construíam, sob o signo da orientação e do controlo do Estado. Estas procuravam

⁸ MÓNICA, 1978; PINTASSILGO, LUME, 2002; PINTASSILGO, MOGARRO, 2011; ORLANDO, MOGARRO, 2012.

⁹ FORMOSINHO, 1987.

¹⁰ FOUCAULT, 1987: 33-34; NÓVOA, 1989.

orientar, legitimar e impor a autoridade da administração escolar sobre «as escolhas e as condutas» dos professores¹¹.

No termo orientação enquadrámos todos os discursos e ações conducentes à formação do professorado. Essa orientação tinha uma vertente profissional, fornecendo um conjunto de informações promotoras de um bom desempenho profissional. Em simultâneo surgia uma componente ética-moral, que fornecia um conjunto de valores que deveriam guiar a sua conduta, social e privada. A orientação pedagógico-didática era desenvolvida pela DGEP, fornecendo lições-modelo sobre temáticas a abordar nas várias áreas do currículo. A orientação ideológica estava presente no cruzamento dos vários eixos orientadores, lembrando os valores oficiais do regime, o espírito de respeito e obediência, e as virtudes do chefe, Salazar, pelas quais todos deveriam modelar a sua conduta.

Quando a orientação falhava surgia a parte disciplinar que pressuponha a regulação e práticas de controlo e repressão exercidas pelos serviços da DGEP. O controlo era exercido através da vigilância da sua vida, profissional e privada, e a repressão acionava-se com a instauração de processos disciplinares.

Um trabalho de investigação de História Contemporânea tem ao seu dispor uma abundância de informação¹², questão que, se por um lado foi bastante positiva, por outro lado introduziu a necessidade de estabelecer um equilíbrio entre a problemática da investigação, o levantamento e recolha de informação e o seu tratamento. Quando iniciámos a nossa investigação, os trabalhos desenvolvidos até ao momento, no âmbito da História da Educação, tinham privilegiado a legislação, o boletim do ensino primário oficial «Escola Portuguesa» e outros periódicos da imprensa de educação. Apesar de não descurarmos essas fontes, considerámos importante ampliar o nosso *corpus* documental, para que nos possibilitasse a compreensão dos processos de orientação, fiscalização e disciplina da administração escolar e de como estes influenciaram a identidade socioprofissional do professorado. Esta documentação foi identificada nos seguintes arquivos: Arquivo Histórico do Ministério da Educação (AHME), Arquivo Histórico da Escola Superior de Educação de Lisboa, Arquivo Histórico da Universidade do Algarve e Biblioteca Museu de Marrazes.

Recorremos à via da amostragem no que respeita à análise das reuniões e conferências de professores, dos registos biográficos, dos processos disciplinares instaurados e dos processos de autorização de casamento, porque apesar de termos consultado toda a documentação disponível nos arquivos referenciados estamos convictos de que não correspondia à totalidade da documentação existente e que se encontrava por inventariar.

¹¹ CHARTIER, 2002: 17.

¹² NORA, 1983: 53.

A informação estatística apresentada foi constituída por dados do *Anuário Estatístico de Portugal* e das *Estatísticas da Educação*, assim como pelo tratamento quantitativo da informação recolhida nas amostras de reuniões e conferências de professores, relatórios de inspetores e diretores de distrito escolar, registos biográficos, processos de autorização de casamento e processos disciplinares.

Desenvolvemos do ponto de vista metodológico uma investigação por etapas. Numa primeira etapa, identificámos a regulação, entendida como toda a produção de regras orientadoras do sistema educativo. Numa segunda fase, analisámos fontes, nos arquivos e na imprensa da educação, que possibilitassem o estudo dos serviços de orientação para caracterizarmos a evolução e o funcionamento da estrutura orgânica da DGEP, assim como a identificação de palestras, conferências e cursos de aperfeiçoamento realizados para orientação de professores. Recorremos a relatórios de visitas de inspeção, existentes no AHME, onde encontrámos um conjunto de informações importante, nos domínios pedagógico e didático, assim como aos textos de conferências e de lições de Didática existentes no AHME e na imprensa da educação, nomeadamente no boletim oficial «Escola Portuguesa» que foi uma fonte importante para o estudo das estratégias de orientação profissional e ideológica.

Numa terceira etapa concentrámo-nos nos professores e procurámos fontes que nos permitissem aprofundar a história da profissão docente, através de legislação, textos da imprensa e de documentação arquivística, com destaque para os registos biográficos existentes no AHME. Para compreendermos a ação e o impacto da administração escolar sobre a vida dos professores procedemos à consulta da regulação (diplomas legais, circulares e orientações de serviço), de artigos da imprensa, e, essencialmente, dos processos disciplinares e dos processos de autorização de casamento de professoras do AHME. O controlo exercido sobre a vida profissional e privada dos professores e a componente repressiva levaram-nos à consulta da correspondência do Arquivo Salazar e à consulta de processos a professores no Arquivo da PIDE, ambos localizados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Paralelamente à consulta das fontes, procedemos a uma análise dos trabalhos desenvolvidos até ao momento nas áreas abrangidas pelo nosso objeto de estudo, nomeadamente sobre: política educativa da Ditadura Militar e Estado Novo, administração escolar, inspeção escolar, identidade socioprofissional do professorado, formação dos professores e imprensa da educação. Os trabalhos sobre os serviços de orientação da administração escolar eram praticamente inexistentes, e os estudos sobre administração escolar, processos disciplinares e inspeção da escola primária eram ainda escassos, mas relevantes para o nosso trabalho.

3. OBJETIVOS E ESTRUTURAÇÃO DA TESE

A compreensão dos mecanismos de orientação, profissional e ideológica, e de disciplina do professorado primário foi o principal objetivo deste trabalho. Para isso, interessava-nos identificar as principais reformas da política educativa e da orgânica administrativa da DGEP, no sentido de identificarmos possíveis correlações, e quais os fatores conjunturais, nacionais e internacionais, que provocaram novas reformas ou reajustamentos. Interessava-nos caracterizar o projeto de formação salazarista e perceber se o mesmo se implementou a partir de Carneiro Pacheco, no seguimento de Nóvoa¹³, ou se esse projeto foi iniciado, mais cedo, com Cordeiro Ramos.

O estudo dos serviços da DGEP, nas vertentes de orientação, inspeção e disciplina, fez-nos equacionar a questão das relações de poder entre a administração escolar e os professores e um segundo conjunto de questões. Para isso, partimos da conceção que a socialização se opera no contexto de relações de poder e procedemos a uma abordagem do poder entendida como a capacidade de a administração escolar exercer formas de domínio e repressão sobre os professores. Neste contexto, interessava-nos perceber se as alterações introduzidas nas escolas de formação tinham sido consentâneas com uma visão simplista do ensino primário, e como se processava a doutrinação e o controlo estatal sobre professores e alunos. A carreira profissional do professor teria de ser abordada para identificarmos se as reformas afetaram a sua carreira e se existiu efetivamente um processo de desvalorização profissional. O seu desempenho profissional está associado a um espaço e a um tempo escolares e, por isso, analisámos a evolução dos deveres profissionais e os ritmos do calendário escolar para caracterizarmos a evolução das condições de trabalho do professorado. A questão da autonomia do trabalho docente está associada à gestão da sala de aula e interessava-nos perceber qual era a margem de autonomia que a regulação conferia ao professor e de que forma se fiscalizava e avaliava essa gestão.

Um outro eixo do nosso trabalho foi constituído pelas estratégias de orientação dos docentes. Interessava-nos identificar quais os processos utilizados pelas estruturas governativas para operar a sua socialização, no sentido de reformularem a sua identidade socioprofissional. A criação dos serviços de orientação e aperfeiçoamento profissional enfatizou a necessidade de orientação do professorado e interessava-nos compreender como se processava. A importância dada à orientação indireta, veiculada através do boletim «Escola Portuguesa», levou-nos a analisar os processos de orientação direta, desenvolvidos no contexto de ações inspetivas às escolas, pelos funcionários dos serviços inspetivos, e se as críticas da imprensa ao irregular funcionamento dos serviços inspetivos teriam algum fundamento.

A importância que a DGEP dava à integração dos professores no meio deu origem a um outro eixo interpretativo. Centrámos-nos na função social do professor para a

¹³ NÓVOA, 1992.

compreensão da sua imagem construída pela administração escolar e qual a influência que o discurso sobre o género tinha nessa representação. Interessava compreender porquê e como a administração escolar interferiu na vida privada dos professores, controlando o seu corpo e os seus afetos. No domínio das relações amorosas, interessava-nos perceber as razões que justificaram que o casamento das professoras dependesse de autorização do ministro da Educação Nacional e relacionar essa questão com a moralização dos professores imposta, legalmente, a partir de 1936.

Em último lugar centrámo-nos nos processos de natureza disciplinar. Procurámos compreender o regime disciplinar a que os funcionários civis do Estado estavam sujeitos, numa perspetiva histórica, para percebermos se o período ditatorial trouxera uma alteração significativa dessa regulamentação. Com base nos processos de natureza disciplinar identificados, procedemos à categorização das infrações, no sentido de compreendermos quais os comportamentos geradores de infrações, a origem das queixas, os condicionalismos atenuantes ou agravantes a considerar na aplicação das sanções e se existiu uma uniformização das penas aplicadas para o mesmo tipo de infrações.

A estruturação da tese teve por base os objetivos do nosso estudo. Nos primeiros dois capítulos apresentámos as principais reformas da política educativa e da orgânica da administração escolar. No terceiro capítulo abordamos a carreira profissional do professor e esboçámos uma caracterização socioprofissional deste grupo. No quarto capítulo caracterizámos os meios e as estratégias, diretas e indiretas, utilizados para a formação profissional dos docentes. No quinto capítulo procedemos a uma análise da disciplina exercida pela tutela sobre o corpo e os afetos dos docentes e relacionámos a função social do professorado com o controlo exercido sobre a sua privacidade. O capítulo sexto centrou-se na ação disciplinar da DGEP e na análise dos processos instaurados a docentes, professores e regentes.

4. PRINCIPAIS RESULTADOS

Entre 1926 e 1929, as reformas do Ministério da Instrução Pública expressaram um propósito, mais retórico do que prático, de demarcação com a política educativa republicana, num período ainda marcado por críticas provenientes de setores ligados ao professorado. Entendemos que foi a partir de 1930 que se iniciou e se desenvolveu, com o ministro Cordeiro Ramos, o projeto político-pedagógico de uma *escola primária portuguesa* ao serviço do Estado-Nação para a formação das massas nos princípios ideológicos do regime. Atribuiu-se ao professorado primário a sua operacionalização e a promoção, nos alunos e na comunidade local, de laços identitários com o programa político-ideológico do Estado.

No ano de 1935, com o ministro Tamagnini, a ação repressiva aumentou para a eliminação de possíveis dissidências e, a partir de 1936, com o ministro Carneiro Pacheco, ganhou contornos mais precisos e intensidade, estendendo-se à sua vida privada.

A defesa de um ensino primário simplista e a necessidade de silenciamento dos professores, habituados no período republicano a reunirem-se e a defenderem os seus interesses profissionais, conduziram à construção de uma nova identidade socioprofissional do professorado. A administração escolar representava-o como um *apóstolo* responsável pela modelação das almas das futuras gerações, mas cujas práticas pedagógicas se consideravam marcadas por vícios herdados da escola republicana. A orientação, ideológica e profissional, revelou-se fundamental para doutrinar os professores, no sentido da sua conformidade com o regime, e ao poder disciplinar competia controlar e reprimir os comportamentos considerados desviantes dos padrões, profissional e ético-moral, definidos oficialmente. A orientação processava-se diretamente através de reuniões e ações inspetivas e indiretamente através dos meios de comunicação social, com destaque para o boletim «Escola Portuguesa».

O poder disciplinar exercia-se direta e indiretamente. As visitas às escolas eram o rosto dos serviços inspetivos, mas este poder também era exercido indiretamente através do olhar vigilante das autoridades locais, da comunidade local e de outros professores. A repressão processava-se através da instauração dos processos disciplinares. As ações inspetivas eram muito irregulares e de curta duração, questão que abriu espaço à autonomia do trabalho docente. Os professores também não conseguiam seguir integralmente a legislação em vigor, porque era necessário adaptar a sua metodologia e práticas ao número de alunos e classes que lecionavam, bem como às condições materiais da sua sala de aula.

A análise dos processos instaurados e dos registos biográficos de professores permitiu-nos esboçar uma caracterização socioprofissional deste grupo, constituído essencialmente por docentes provenientes de zonas rurais com frequência de escolas de formação e com um tempo de serviço entre os 30 e os 39 anos.

No período considerado assistiu-se a uma desvalorização profissional que começou no período de formação e se estendeu à sua carreira profissional, testemunhada através do aumento do número de anos necessários para a efetivação e para a permanência em cada categoria profissional, bem como na diminuição do número de diuturnidades e na criação dos regentes escolares.

A administração escolar construiu uma imagem oficial do professor primário assente numa conceção de deveres profissionais que saía do espaço escolar e incluía a sua função social no meio. Expressava-se regularmente uma preocupação com a integração dos professores na comunidade local, devido à diferença de costumes e ao aumento das queixas entradas nos serviços da administração escolar, muitas provenientes de habitantes locais e de familiares dos alunos. A DGEP procurou padronizar condutas e eliminar ou limitar o impacto de possíveis queixas e escândalos provocados pela vivência, profissional e privada, do professorado.

O modelo de conduta moral predominante na sociedade patriarcal, assimétrico quanto ao gênero, foi visível nos discursos e práticas disciplinares. O controle e a repressão foram mais intensos em relação a docentes do sexo feminino, incidindo sobre a moda e as suas relações amorosas. A ação disciplinar moralizadora estendeu-se, desde o ano de 1936, ao casamento das professoras que passou a necessitar de autorização do ministro da Educação Nacional. Pretendia-se que a professora casasse com homens de uma condição social equivalente à sua, e que evitasse paixões de curta duração e escândalos que a DGEP considerava terem um reflexo negativo na sua função social no meio.

A análise do regime disciplinar baseou-se na legislação e numa amostra de 471 processos instaurados a professores e regentes. Face à heterogeneidade das infrações, considerámos importante proceder a uma categorização das mesmas: deveres profissionais, castigos corporais, exercício de outras funções, desrespeito pelos superiores, *espírito de oposição política e conduta moral imprópria*. O exercício do poder dos serviços disciplinares apontou para uma intensificação do controlo dos professores em determinados períodos, refletindo o processo de consolidação do regime e a conjuntura política, nacional e internacional. O primeiro período compreendeu os anos de 1936 a 1939, reflexo da Guerra Civil de Espanha, e o segundo período situou-se entre 1946 e 1953, consequência da Segunda Guerra Mundial e da campanha presidencial de Norton de Matos.

Na globalidade, as penas aplicadas não indiciaram uma grande severidade do poder disciplinar, apesar de as disposições legais, sobretudo desde 1943, apontarem nesse sentido e não incidiram na sua maioria sobre professores que já lecionavam no período republicano.

Os processos disciplinares, com penas mais pesadas, foram os instaurados por conduta moral imprópria para um educador, e mais especificamente na esfera das relações amorosas. Nesta tipologia de processos identificou-se uma assimetria em relação ao gênero e à categoria profissional, uma vez que as penas mais pesadas foram aplicadas ao sexo feminino e dentro deste às regentes. A sanção disciplinar de afastamento para outro serviço análogo, pena 4.ª, foi o principal recurso utilizado pela administração escolar para limitar o grau e a duração do escândalo que a conduta do docente causava entre os habitantes da comunidade local. Nesses processos conseguimos identificar focos de resistência do professorado em relação ao poder disciplinar da administração escolar, nomeadamente na esfera das relações amorosas, através de relações ilícitas e de estratégias usadas pelas professoras e pelos seus pretendentes para ultrapassar os obstáculos colocados ao seu casamento.

FONTES

Legislação

- PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública – Direção Geral do Ensino Primário (1934). *Portaria n.º 7932, de 19 de novembro de 1934*. «Diário do Governo I Série». 272 (1934-11-19) 2005.
- PORTUGAL. Ministério da Justiça (1935). *Lei n.º 1901, de 21 de maio de 1935*. «Diário do Governo I Série». 115 (1935-05-21) 699-700.

BIBLIOGRAFIA

- CHARTIER, Roger (2002). *A História Cultural entre Prática e Representações*. Miraflores: Difel.
- FORMOSINHO, João (1987). *Educating for passivity. A study of Portuguese education (1926-1968)*. Londres: Instituto de Educação da Universidade de Londres. Tese de doutoramento.
- FORMOSINHO, João; MACHADO, Joaquim (2013). *A regulação da educação em Portugal: do Estado Novo à democracia*. «Educação: Temas e Problemas». 12 e 13, 27-40.
- FOUCAULT, Michel (1987). *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- MÓNICA, Maria Filomena (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (A Escola Primária Salazarista 1926-1939)*. Lisboa: Editorial Presença.
- MOTA, Luís (2007). *Confronto ideológico nos primórdios do Salazarismo: uma campanha contra a Escola do Magistério Primário de Coimbra*. «Estudos do Século XX». 7, 205-227.
- NOGUEIRA, António (2012). *A Biblioteca Escolar no Estado Novo: Meta-Análise do Boletim Escola Portuguesa entre 1934 e 1974*. Lisboa: Universidade Aberta. Dissertação de mestrado.
- NORA, Pierre (1983). *O Acontecimento e o Historiador do Presente*. In LE GOFF, Jacques et al. *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, pp. 45-55.
- NÓVOA, António (1989). *Profissão: Professor. Reflexões históricas e sociológicas*. «Análise Psicológica». Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada. 7, 435-456.
- NÓVOA, António (1992). *A Educação Nacional*. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, vol. XII, pp. 456-519.
- ORLANDO, Evelyn; MOGARRO, Maria João (2012). *Formas e sentidos de educar: Escola Nova católica e formação docente em dois projetos de educação nacional*. In IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Rituais, Espaços & Patrimônios Escolares. *Anais do IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Rituais, Espaços & Patrimônios Escolares*. Lisboa: Editora da Universidade de Lisboa, pp. 1-12.
- PINTASSILGO, Joaquim; LUME, Filomena (2002). *A Inspeção Escolar: entre o Estado Novo e a Democracia*, pp. 1-21. [Consult. 11 mai. 2016]. Disponível em <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4039>>.
- PINTASSILGO, Joaquim; MOGARRO, Maria João (2011). *A Historiografia Portuguesa da Educação: Balanço da Produção Recente (2008-2010)*. «Cadernos de História da Educação». 10:2, 89-111.
- ROSAS, Fernando; SIZIFREDO, Cristina (2013). *Estado Novo e Universidade: A Perseguição aos Professores*. Lisboa: Tinta da China.

